

Tudo dependerá das nuvens...

Mantega diz que o governo só definirá o repasse do custo das termelétricas para a tarifa de energia após verificar a evolução das chuvas. Ontem, mais uma térmica, a de Uruguaiana, foi autorizada a funcionar

Sonia Filgueiras
sonia.filgueiras@brasilconomico.com.br
Brasília

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que o governo ainda não decidiu se vai repassar para a tarifa de energia o custo com as usinas térmicas ou se o Tesouro assumirá a despesa. Mantega, assim como outras autoridades do governo, disse que é preciso esperar para verificar a evolução do período de chuvas. "Ainda não temos definições, porque não sabemos qual o quadro vai permanecer. Se vamos ou não colocar recursos e se vai ser repassado para as tarifas ainda não está definido. E não há razão para que seja definido agora, será definido tão logo a situação fique mais clara", afirmou.

Por causa da estiagem, foi autorizado ontem o acionamento da usina térmica de Uruguaiana, localizada no Rio Grande do Sul. O objetivo é reforçar a geração de energia termelétrica (por meio de queima de combustível) no país e poupar água dos reservatórios de hidrelétricas que estão com nível baixo devido à falta de chuva. Embora representem uma espécie de rede de segurança, as termelétricas geram energia a um custo mais elevado, pressionando o preço das tarifas. O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, informou que o acionamento é "algo normal" e reforçou que é preciso esperar.

O ministro aproveitou a cerimônia de divulgação do 9º balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para contestar notícias que incluem o Brasil entre as economias mais vulneráveis do mundo. "Isso é um equívoco", declarou Mantega durante sua apresentação. "O Brasil é um dos países mais preparados para enfrentar essa turbulência. O Brasil está em boa posição em quase todos os quesitos", disse ele, citando diversos indicadores brasileiros de solidez externa, como o nível das reservas cambiais, o volume de investimentos estrangeiros diretos e a baixa necessidade de financiamento internacional de curto prazo.

Análises que colocam o país entre as economias mais frágeis diante mudanças nos fluxos internacionais de capital tornaram-se frequentes nos últimos meses e vêm merecendo um combate sistemático de porta-vozes do governo. A mais recente foi feita pelo Federal Reserve (Fed), o banco



Mantega: turbulência na economia internacional é passageira e afetou emergentes e não emergentes

Marcelo Camargo/ABr

“

Isso é um equívoco (...) O Brasil é um dos países mais preparados para enfrentar essa turbulência (...) O Brasil está em boa posição em quase todos os quesitos”

Guido Mantega
Ministro da Fazenda

PAC 2 já cumpriu 76% dos gastos

O Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) executou 76,1% do orçamento previsto para o período de 2011 a 2014 (prazo total de duração do programa), equivalentes a R\$ 773,4 bilhões. Em 2013, a execução do PAC 2 somou R\$ 301 bilhões, 12% a mais que em 2012. Os dados constam do balanço divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento. Com o resultado, tempo e volume executado estão praticamente empatados. Até o momento, o PAC 2 completou três dos seus quatro anos de duração, ou seja, 75% do tempo previsto.

Tomando-se como referência o número de empreendimentos, 82,3% das ações previstas para os quatro anos foram concluídos. No anúncio, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, não quis confirmar o lançamento do PAC 3, mas segundo ela, há pedidos do setor produtivo nesse sentido.

Os financiamentos habitacionais lideraram os desembolsos, respondendo por R\$ 253,8 bilhões (32%) dos de R\$ 773,4 bilhões gastos entre 2011 e 2013. Os contratos do Minha Casa, Minha Vida, R\$ 73,9 bilhões, também alavancaram os investimentos. Outros R\$ 206,7 bilhões foram executados por estatais e R\$ 146,4 bilhões pelo setor privado.

O BRASIL NA COMPARAÇÃO COM OUTROS PAÍSES

	Saldo em Conta Corrente (% do PIB)	Dívida externa bruta (% do PIB)	Reservas internacionais (% do PIB)	Dívida externa líquida (% do PIB)		
	2007	2013*	2007	2013*	2007	2013*
Africa do Sul	-7	-6,1	24,2	35,5	11,5	11,8
Brasil	0,1	-3,7	14,2	13,9	13,2	16,8
Índia	-1,3	-4,4	16,5	13,9	22,3	16,1
Indonésia	1,6	-3,4	34,2	29,6	13,2	11,3
Turquia	-5,8	-7,4	39,9	47,2	11,8	14,2
Chile	4,1	-4,6	34	43,9	9,7	15,4
Hungria	-7,3	2,2	128,2	123	17,7	34,4
Polônia	-6,2	-3	48,4	72,6	15,5	22,2

Fonte: FMI, Banco Mundial e outras, em LCA

Elaboração: Ministério da Fazenda

* Dados Preliminares

central norte-americano) em relatório enviado ao congresso dos EUA semana passada.

Mantega reiterou que a retirada dos estímulos econômicos pelas economias desenvolvidas (em especial pelo Fed) representa uma transição da crise para o pós-crise e traz certa turbulência. "A transição é um pouco dolorosa. É um porto para o nascimento de um novo ciclo na economia mundial", declarou, destacando que a turbulên-

cia é "passageira" e que "afetou todos os países, não apenas os emergentes." Mantega reiterou que o Brasil tem economia sólida, em condições de atravessar a transição e ingressar no novo ciclo.

O ministro disse esperar para 2014 um crescimento um pouco maior que o do ano passado, assim como da taxa de investimentos. Os indicadores, segundo ele, deverão repetir o comportamento registrado na comparação entre 2012 e 2013.

Embora representem uma espécie de rede de segurança, as termelétricas geram energia a um custo mais elevado, pressionando o preço das tarifas